

A Casa do Lázaro Preto

Alex de Castro Borges

Arquiteto e Urbanista, UFMG. Diretor de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura municipal de Patos de Minas

Rosa Maria Ferreira da Silva

Mestre em História da Cultura, UFMG. Historiadora da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir o cotidiano boêmio da cidade de Patos de Minas, compreendendo-o através da historicidade de um imóvel, a “Casa do Lázaro Preto”, que se localizava à Rua José de Santana, 870. O trabalho traz a questão por meio de memórias gravadas e escritas (no segundo caso, as memórias do historiador local, o Prof. Antônio de Oliveira Mello), e também por meio da constituição do tecido urbano de Patos de Minas em sua movimentação rumo ao vetor sul da cidade, contrapondo-se ao núcleo urbano original que se constituiu em torno do antigo Largo da Matriz, ao norte.

Palavras-chave: 1. prostituição. 2. urbanização. 3. Patos de Minas



Quadro *Meia Noite no Cabaré*. J. Borges

O imóvel localizado à Rua José de Santana n. 870 configura-se como um resquício material do antigo cotidiano boêmio da cidade de Patos de Minas. Encravada no espaço destinado aos boêmios de pouca renda, a casa de um certo “Lázaro Preto” constituía, junto aos demais comércios localizados na “baixada da José de Santana”, parte da Zona de Baixo Meretrício da cidade¹.

¹ Na década de 1970, além da baixada da Rua José de Santana, o baixo meretrício se localizava em parte das ruas Dores do Indaiá e Ouro Preto. Havia também um “baixíssimo” meretrício localizado na “Ante-

Com relação à experiência sociocultural proporcionada pela vivência real e simbólica da “Zona”, pouco ou nada se sabe a respeito da “ZBM” patense. Nem os historiadores locais se interessaram diretamente pela temática, nem os sujeitos históricos sentem-se confortáveis em reportar suas lembranças ao espaço da “baixada”. De acordo, por exemplo, com a lembrança do atual proprietário, o Sr. José da Silva Pereira², [ele] nunca foi nesses lugares “fuleiros”. *Quando* foi, foi “(...) lá cima. Num bar lá em cima. Mas foi só pra fazer farra, num foi pra nada não. Era mais brincadeira. Eu e uns amigos do Tiro de Guerra. Farra de rapazinho...” (informação verbal).

Assim, quis uma espécie de memória “transviada oficial” que da Zona Boêmia de Patos de Minas ficasse, apenas, aquela frequentada pelos representantes das classes abastadas. Dentre outros, a memória destaca os políticos e suas comitivas usuais³:

A. Ah! Não, os políticos não saía daí! Ex-prefeito B..., por exemplo. O B... foi prefeito depois: mas ali perto, era em 1966-67... eu tinha um restaurante ali perto, onde é o Palácio dos Calçados. Então ele ia com a turma dele pra lá, ele já era deputado. Então ele ia e ficava na rua e chegava lá dez, onze horas, ele dava a maior despesa porque o Suíço chegava e já pedia uma garrafa de vinho. O Suíço é um homem que já teve aqui. É um homem... instruído, muito vivido, da vida... (IBRAHIM, 2003, p. 42).

E, ainda, os “boiadeiros”, fazendeiros vindos das redondezas: “A. É, era os boiadeiros, que naquela época né?; vinha gente da Lagoa, São Gonçalo, João Pinheiro, fim de semana eles vinha aqui” (IBRAHIM, 2003, p. 50).

É natural que deste universo no qual “se gastava muito dinheiro” venha à tona as lembranças mais *glamourosas*, reportando a um espaço-tempo e a personagens muito mais idealizados do que efetivamente reais: são belas mulheres como a *Lurdinha T.V.*, que trabalhava no Cabaré da Brahma; a *Maria Turca* que, vinda de Uberaba, chegava a Patos de avião para trabalhar às segundas-feiras na casa da “Ica” e, ainda, *Dulce*, *Florista*, *Zina*, *Terezinha Fogueteira*, *Elvira*, *Maria Butija*, *Jeni*, *Maria Arlete* e, claro, a *Maria Abadia*, verdadeira “amante” do ofício:

A. E ela toda vida foi dona de casa, inclusive ela mora lá, chama Maria Abadia. A Maria Abadia eu cumi ela muitas vezes. Eu garrava ela de dia, porque ela era mulher, daquelas que homem nenhum... Ela ficava com um, com outro por prazer, você entendeu. Ela tinha uma pele, era uma mulher muito bonita. Quando Nelson Gonçalves veio a primeira vez em Patos, ficou com ela (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Sabe-se que em uma das vindas de Néelson Gonçalves a Patos de Minas, o cantor fez um show em um cabaré. No entanto, dentro do que foi possível pesquisar, não se sabe exatamente “onde” este show ocorreu. Certamente foi em um dos bordéis localizados ao longo da Rua Padre Brito e no alto da José de Santana; talvez a “Casa da Lé”, muito famosa pelo luxo e localizada na esquina de uma e outra rua. Desta casa em particular, as lembranças destacam a grandiosidade, a dança e a inconsequência da juventude... Aquele “tempo perdido” na experiência do agora e resgatado apenas através da memória (PROUST, 1982):

na”, no Alto da Vila Garcia e na Vila Vicentina Padre Alaor. A este respeito ver: MELLO (1971). Quanto ao personagem “Lázaro Preto” não foi possível apontar com certeza quem ele foi.

² Atual proprietário do imóvel. Entrevista informal concedida a Alex de Castro Borges e Rosa Maria Ferreira da Silva. Rua José de Santana, 870. Patos de Minas, 25/08/2008, 15h30min.

³ Entrevista gravada e transcrita por Ralil Ahamad Khalil Ibrahim. Por escolha pessoal e com a justificativa de preservar a identidade das fontes, Ibrahim refere-se a si como “K” e aos entrevistados como “A” e “B”. Não há referência da data da entrevista. IBRAHIM (2003).

A. A Lé é mais agora. O carnaval lá era uma coisa de doido. Uma vez eu fui preso lá, terminei o Tiro de Guerra, fui preso na Lé. Foi em 1960 e eu vim embora” (IBRAHIM, 2003, p. 50).

A. (...) mas a Lé também tinha um filme na frente, se você fosse conhecido dela, você entrava. Já era instruído por ela: ‘*o rapazinho tem dinheiro*’, né. E naquela época não tinha esse negócio de doença venérea né: muita guinorreia, canco, esse aí, eu nunca peguei, guinorreia eu peguei muito. Talvez não foi por isso não, tinha muito medo do pai. Pois era uma mamata. Tomava alguma coisa, daí uns oito ou dez dia eu voltava, ‘*peguei outra vez*’ (IBRAHIM, 2003, p. 50).

A. (...) tinha o povo do Imanfredo Braga também, dançava tango e achava bom. Dançava bem, dançar com elas. Ele tinha um terno branco, ele é um bom pintor, irmão do Pedro Braga, irmão dessa mulher do Zé Nico... Esse pessoal aí (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Contudo, em se tratando do baixo meretrício, a memória opta pela negação da experiência, como o fez o Sr. José da Silva Pereira. Deste modo, com relação ao contexto espacial no qual está localizado o imóvel de número 870 da José de Santana, soube-mos apenas que era um lugar “fuleiro”. Segundo o próprio Sr. José, ao lado da casa funcionava uma *boite* pouco recomendável, pois era um “*puxa-faca*”: um lugar frequentado por gente violenta e afeita ao derramamento de sangue.

Entretanto, as contendas, as brigas e arruaças não se circunscreviam à “Z.B.M.” Ao contrário. Mesmo nos bordéis mais requintados, como o da “Brahma”, não raro acontecia alguma confusão:

A. (...) Uma vez eu tava aberto três horas da manhã. Ah, rapaz, eu não sei o que aconteceu lá na Brahma e quebrou vidro lá. Os grande lá; deu uma amolação, a polícia teve que ir lá (bebida né) e naquela época tinha o Jipão. Você tinha que vê, prendia mesmo.

B. (...) E tinha briga na Zona e lá saía até tiro.

A. E eu já vi matar sujeito. Já vi mulher, às vezes o sujeito não era amigado com ela, mas o cara vigiava e queria a mulher só pra ele e aí chegava outro sujeito digamos, tava ela aí caçava, aí tinha briga⁴ (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Por outro lado, fazia parte da “cultura masculina” geral andar armado, inclusive na concorrida Casa da Lé:

K. Mas era um ambiente perigoso?

A. É, o ambiente era carregado.

E. O sujeito andava armado, quase todo mundo tinha um revólver na cintura.

A. Eram muitas brigas...

K. Geralmente quando conhecia às vezes ele não ia; Oh Fulano tá lá; esse cara é perigo so (IBRAHIM, 2003, p. 50).

Logo, a qualidade depreciativa e negadora que impele a memória a optar pelo esquecimento muito pouco tem a ver com a violência e a presença da polícia. Entendemos que esse movimento mnemônico, o da negação e do esquecimento, decorre mais da origem socioeconômica dos sujeitos e das prostitutas que frequentavam a baixada da José de Santana.

Dentro da geografia social, o “Cabaré da Lé” foi emblemático, pois funcionava como uma demarcação simbólica e real do limite entre ricos e pobres: *da Lé para cima*, o espaço desviante ocupado pelos filhos das elites econômicas e políticas; *da Lé pra baixo*, os peões, pedreiros, vaqueiros, tratadores de porcos, pobres, pretos: os trabalha-

⁴ Id., *Ibidem*, “A” e “B”, p. 47.

dores de Patos de Minas encerrados também especialmente na simbólica pirâmide social representada pelos dois extremos da José de Santana.

A época de intensa movimentação da Zona Boêmia como um todo cobre o período que vai de 1945 a meados da década de 1980. Porém, em se tratando especificamente da casa do “Lázaro Preto”, seu funcionamento parece ter ocorrido a partir de 1959, quando o imóvel foi adquirido de Clarindo Teixeira Pinto e sua mulher por “Lázaro Francisco Lau”⁵, conforme o registro de 20/2/1959, no Cartório de Registro de Imóveis, em Patos de Minas:

IMÓVEL: “Uma casa de morada, em mau estado de conservação, terreno com área de 200,00 mts², situados nesta cidade, rua José de Santana, confrontando com Josias Gonçalves, -Prefeitura Municipal e Antonio G. dos Santos, de propriedade de LAZARO FRANCISCO LAU, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, havidos conforme reg.58.397 L^o 3-AAF compra a Clarindo Teixeira Pinto e s/mulher, escritura pelo 1^o Ofício em 29/2/1959 (REGISTRO, n.12094, sic).



Placa da antiga Casa da Lé. Acervo: ADOC-PM.

Portanto, é possível deduzir que o funcionamento da casa do “Lázaro Preto” coincidiu com a eclosão de um conflito moral anunciado desde a *idealização* do projeto de planificação e reordenação do espaço urbano de Patos de Minas.

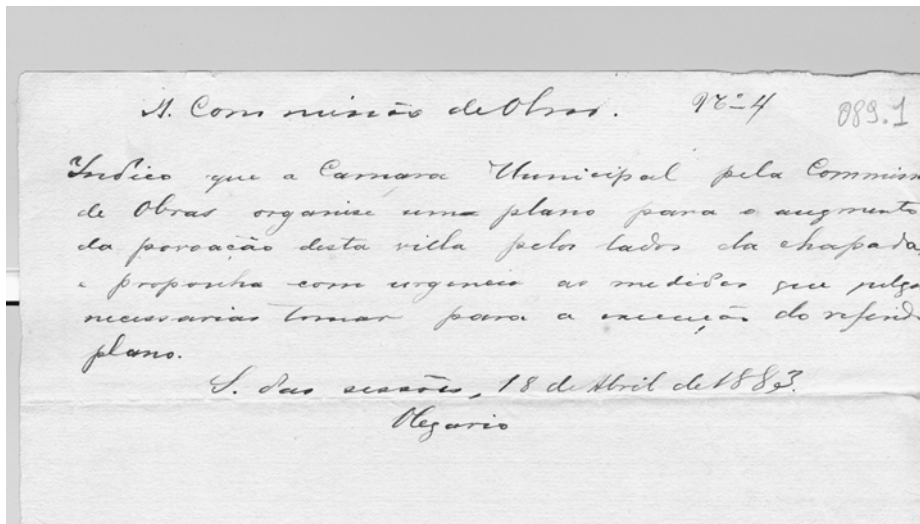
Ora, originalmente, o Bairro da Várzea no qual se localizava a “Zona” ficava nos arrabaldes da cidade. Abrigava a arraia-miúda, a ralé, bem como os vícios tolerados por uma sociedade pequeno-burguesa desde que mantidos à distância do seu olhar, audição e olfato. Não obstante, ainda que estivesse dentro dos limites do patrimônio doado pelo casal Silva Guerra a Santo Antônio⁶, tratava-se da “Chapada”. Por isso mesmo encontrava-se bem distante do centro nevrálgico da cidade que pulsava ao Norte: em torno do Largo da Matriz de Santo Antônio, no outro extremo da Cidade de Patos, onde se concentrava a vida cotidiana das elites brancas, abastadas e católicas.

⁵ O Sr. José da Silva Pereira nos informou que o imóvel havia pertencido a “Lázaro Preto” e que o comprou do filho deste, após o falecimento do pai. Entrevista informal concedida a Alex de Castro Borges e Rosa Maria Ferreira da Silva. R. José de Santana, n.870. Patos de Minas, 25/08/2008, 15h30min.

⁶ Os limites do Patrimônio doado a Santo Antônio para “cômodo dos povos” e que deu origem a Patos de Minas, são assim descritos: *Da cabeceira do Brejo do Açude pelo espigão cortando em rumo direto ao esbarrancado que está por baixo do pasto da manga, por ele abaixo até o Rio Paranayba pelo meio da água a divisa das terras de Francisco Her. Da Cruz, seguirá por ela em diante até finalizar com as divisas das terras de Manoel Joaquim de Souza, pelo córrego acima até fechar a cabeceira do dito Brejo do Açude ...* (FONSECA, 1974, p. 32-33).

No entanto, em fins do século XIX, em 1883, coube ao então Agente do Executivo, Olegário Dias Maciel,⁷ o mérito de reorientar o crescimento da cidade em sentido diametralmente oposto: o sul – a direção na qual se encontra a parte *plana* de Patos denominada usualmente de *Chapada ou Chapadão*:

A Comissão de obras. n° 4. Indico que a Camara Municipal pela Comissão de Obras organize um plano para augmento da povoação desta villa pelos lados da chapada, e proponha com urgência as medidas que julgar necessárias tomar para a execução do referido plano. S. das sessões, 18 de Abril de 1883. Olegário. (sic)



Correspondência Interna. Câmara da Vila de Santo Antônio de Patos. 18/04/1883.
Acervo: ADOC-PM. Digitalização: mar/2006.

Seguiu-se a risca o “Plano Diretor” indicado por Olegário Maciel. Não por acaso, o vereador Eduardo Ferreira de Noronha em 21 de setembro de 1906 indica que (...) a Câmara nomeie os doutores *Olegário Maciel*, Eufrásio José Rodrigues e Antônio Nogueira de Almeida Coelho para que com seu patriotismo, auxiliem a Câmara a estudar o local mais conveniente em que se deve construir o matadouro e respectivo curral, oferecendo seu parecer (grifos nossos).

Hoje, distanciados no tempo, sabemos que a “Chapada” paulatinamente abrigou, além do Matadouro Municipal⁸, a Casa do Coronel Farnese Dias Maciel, a Casa de Amadeu Dias Maciel, a casa do Coronel Arthur Thomaz de Magalhães, o Passeio Público, a fonte luminosa, o Coreto, o Paço Municipal, o Hospital Antônio Dias, O Grupo Escolar, o Fórum Olympio Borges...

Pari passu, também foram trasladados outros elementos que se localizavam na direção para a qual a cidade ia se deslocando: a mudança do cemitério e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (frequentada pelos negros) também se constitui como marco simbólico da nova ordenação urbana planeada por Olegário Maciel⁹.

⁷ Olegário Dias Maciel nasceu em Bom Despacho do Picão em 06/10/1855. Filho do Coronel Antônio Dias Maciel e de D. Flaviana Rosa da Silva Maciel, passou a infância em Santo Antônio dos Patos para onde seus pais se transferiram em 1858. Abraçou o legado político do pai, líder do Partido Liberal local, tornando-se uma expressiva liderança do Partido Republicano Mineiro em Patos e no Estado de Minas Gerais. Faleceu em 5/9/1933, no exercício da presidência de Minas.

⁸ O Matadouro foi construído em terras da Chapada, em terreno doado à municipalidade pelo Capitão José de Santana. Localizava-se onde se situa hoje a agência do Banco do Brasil, na Rua Major Gote.

⁹ O direcionamento da cidade rumo ao vetor sul deriva-se da racionalidade técnica própria da formação de Olegário Maciel, mas também se articula à história política do município. Referimo-nos à oposição ideo-

Engenheiro formado na Escola Polytécnica do Rio de Janeiro, em 1878, Olegário Dias Maciel compartilhava não apenas os ideais positivistas da República¹⁰, mas também os de higienização e de racionalização do espaço urbano, em conformidade com a orientação intelectual vigente na *Belle Époque*¹¹. Logo, tanto a sua formação técnica quanto a sua militância nas hostes do Partido Republicano Mineiro, vão ao encontro dos ideais positivistas de um espaço urbano planejado de maneira racional. Soma-se a isso a experiência cultural de Olegário fora de Patos que muito contribuiu para sedimentar sua formação teórica: como deputado federal e senador vivenciou, no Rio de Janeiro, as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, inspiradas na reforma de Paris, sob a batuta do Barão de Haussman. Como deputado estadual e depois como presidente do Estado de Minas Gerais vivenciou a experiência de “fruir” a cidade de Belo Horizonte, construída racionalmente à moda da colonização espanhola na América.

Entretanto, a concretização do sonho urbanista de Olegário Maciel só aconteceria após sua morte. Em 1934, o engenheiro carioca Néelson Rodrigues efetuou o primeiro levantamento planialtimétrico da cidade de Patos e, em 1936, provavelmente o próprio Rodrigues concluiu o primeiro Plano Diretor oficial da cidade¹².

Sem dúvida, não houve nos anos subsequentes uma ocupação tal e qual se previra no Plano Diretor de 1936. No entanto, mesmo com adequações e alterações, a planificação e o processo de ocupação do espaço urbano tiveram aquele documento como norteador. Portanto, a cidade cresceu deslocando o seu “centro” do núcleo original constituído à beira da Lagoa dos Patos e nascido de conformidade com o uso e a ocupação do solo próprios da colonização portuguesa.

A partir de 1936, porém, a cidade foi efetivamente reorientada e cresceu a passos largos em outra direção: o *sul*. Não obstante, compreende-se que o processo de reorientação urbana, iniciado em 1883, acabasse por colidir com as “putas da Várzea”, a moral e os bons costumes.

O afastamento da zona boêmia, do centro da cidade é algo que deve ser encarado com a máxima seriedade pelos poderes Executivo e Legislativo de Patos de Minas. (...) A população de Patos, quase em peso, clama pela mudança da zona boêmia do centro da cidade. Tentativas isoladas já se fizeram neste sentido. Sabemos que muitos patenses já trabalharam para isto, todavia cumpre destacar o nome do senhor João Pacheco Filho, que chegou a adquirir várias casas nesse local com exclusivo fito de transformá-las em residências familiares. No entanto, é preciso que este trabalho seja feito não apenas isoladamente, mas em conjunto, principalmente sob a direção e ajuda dos poderes municipais de nossa terra. A propósito, podemos informar – com a mais absoluta segurança, que o novo prefeito, Sr. Genésio Garcia, está vivamente empenhado em promover o afastamento da zona boêmia para local mais afastado. (...) Coisa que nos enche de satis-

lógica entre as famílias “Borges e Maciel”, no princípio, através da opção monarquista de Olympio Borges face ao republicanismo explícito dos “Maciéis” (Cf. se depreende da Ata da Câmara dos Vereadores de Patos de Minas. 09 de dezembro de 1889. Acervo: ADOC-PM. Assim, se o núcleo original da cidade foi “semeado” pelos Borges, a reordenação rumo ao vetor sul foi viabilizada pela articulação política entre Olegário Maciel e José de Santana, na época proprietário de grande parte das terras da “chapada”.

¹⁰ Sobre a temática consultar a obra de CARVALHO (1990).

¹¹ Olegário Maciel foi contemporâneo de Saturnino de Brito e Aarão Reis, os quais frequentaram, como Olegário e o prefeito-engenheiro, Pereira Passos, a Escola Polytécnica do Rio de Janeiro.

¹² É possível que ainda como presidente do Estado de Minas Gerais, Olegário Maciel tenha feito contato com Néelson Rodrigues para que o mesmo efetuasse o levantamento planialtimétrico de Patos. A vinda posterior de Rodrigues à cidade em 1934, ocorreu em princípio para o levantamento da estrada de ferro Patos-Catiara, às expensas do Estado, que estava sob a presidência de Benedito Valadares. O então prefeito Clarimundo Fonseca Sobrinho teria aproveitado a presença do engenheiro e o contato anterior deste com Olegário para a efetuação do levantamento planialtimétrico. Estas informações nos foram repassadas informalmente pelo arquiteto Marcelo Ferreira Rodrigues reportando-se a uma conversa telefônica entre o próprio Néelson Rodrigues, na época com 98 anos de idade, e a Prof^a Miriam Xavier Furtado, responsável pela então Divisão de Patrimônio Histórico.

fação, pois nós os que amamos a cidade, só podemos nos alegrar e ver com bons olhos toda a ação que redunde em vantagens para Patos de Minas. De resto, o afastamento da Zona Boêmia não chega a ser nenhum “bicho de sete cabeças”. Havendo boa vontade e cooperação de todos, isto será feito com relativa facilidade (*Correio de Patos*, 20.02.1955).

É importante atentar para a intenção de *deslocamento* da Zona e não da sua extinção: muito mais um discurso *regulamentador* da prostituição do que da sua extinção. Na entrelinha, o discurso sequer condenava a prática. Apreende-se, portanto, que o problema enfrentado pelas elites patenses no período era a *presença da Zona no centro da cidade* e não o meretrício em si.

Não há dúvida de que se trata de um discurso moral; no entanto, paradoxalmente, é um discurso capaz de reconhecer e inclusive aceitar o desviante da norma. Para tanto, bastava que o mesmo fosse enquadrado longe da sensibilidade da pequena burguesia local:

Bairro das Camélias:

Há vários lugares onde poderia ser construído o “Bairro das Camélias”, mas os mais indicados são os que ficam à direita ou à esquerda do Cemitério (na rua aberta pelo dinâmico Virmondês Afonso de Castro). Há os que optam pela baixada da rua José de Santana (proximidades do Café Cristal). E rua da Várzea, rua Patrocínio. (...) Lugares que afinal de contas, andam já infestados de casas de tolerância. Escolha-se qualquer desses locais. O que é preciso, no entanto, é que a Zona Boêmia seja afastada o mais brevemente possível do centro da cidade: pois onde ela está situada é que não deve e nem pode ficar (*sic*, Id. Ibem).

Porém, a Zona de Meretrício mostrou-se bem mais difícil de transladar do que foram o cemitério e a Igreja do Rosário. Não obstante as discussões e as reclamações junto ao poder público, nos anos de 1950 os tempos haviam mudado.

Em primeiro lugar o Bairro da Várzea não era mais o reduto da gentilha, dos homens de “cor” e das mulheres “perdidas” que se davam ao desfrute. Ao lado desses antigos atores sociais, belas “damas da noite” se prostituíam nos quartos alugados das “pensões”. Em busca destas damas agora seguiam políticos, fazendeiros, comerciantes, advogados... Talvez até mais do que a clientela nativa, segundo afirma o Professor Antônio de Oliveira Mello:

Com o financiamento para o incentivo da criação do gado zebu, o dinheiro tornou-se fácil, conseqüentemente, o gasto na orgia, abundante. Foi na época do grande desenvolvimento da prostituição em Patos de Minas. Era o ano de 1945. Casas confortáveis, com requisitos de higiene necessários e quartos ótimos. A zona boêmia daqui se tornou então famosa e conhecida em todo o Estado. Mulheres bonitas e sedutoras vinham de lugares distantes. Muitas delas altamente traquejadas. A fama do meretrício patense fazia com que o mercado da prostituição fôsse, constantemente renovado e sobejamente procurado¹³ (MELLO, 1971, p. 213. *sic*).

Depois de 1945, ainda segundo Mello (1971), houve uma “certa estagnação” da Zona, devido à crise que assolou o gado zebu.

De fato, a criação do zebu foi o ponto alto da economia do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba entre os anos de 1935 e 1945, após o que sofreu uma violenta crise¹⁴. No

¹³ MELLO, 1971, p. 213.

¹⁴ “Dadas as novas condições do mercado internacional de carne com o fim da Segunda Guerra, delineia-se a grande crise da pecuária zebuína ao restringir o governo federal drasticamente a política de crédito agrícola por meio da carteira agrícola do Banco do Brasil – que chega a financiar 29.411 pecuaristas – a ponto do empréstimo na compra de reprodutor cair de Cr\$ 18.000,00 para Cr\$ 3.000,00, o que se re-

entanto, a recuperação da Zona Boêmia de Patos deu-se muito rapidamente: já a partir de 1950, no bojo do projeto desenvolvimentista desenhado desde quando Juscelino Kubitschek fora governador de Minas Gerais.

No entanto, com a construção de Brasília, o alto meretrício patense saltou qualitativamente, compartilhando tanto da euforia do período quanto do próprio *glamour* quase cinematográfico da década 1950. Faz, inclusive, parte das lendas urbanas de Patos a presença “corriqueira” de J.K. na Zona Boêmia da cidade, quando o mesmo se deslocava de avião até o canteiro de obras de Brasília.

Apesar disso, na medida em que o policiamento moral e a especulação imobiliária se lançaram contra a zona de meretrício, o que a pequena burguesia da cidade encontrou foi um muro de resistência que se amparava tanto na pujança financeira das grandes cafetinas quanto na proteção política que a presença de personalidades masculinas importantes dava ao lugar:

A. Elas ia tudo correndo pra lá, depositar o dinheiro do negócio da Ica, A...B... né, e não falava puta naquela época, mulher da gandaia. Então ela muito bem vestida, entendeu, como essas moças hoje se veste, sapato alto né, bem penteada (...) É, a A... que ia fazer depósito. Depositei muito dinheiro na caderneta dela, e ela não confiava não. ‘Não vou te dar recibo, depois pega aqui’ e ela ‘não, eu vou esperar aqui...’ K. Mas assim política não circulava isso aí não? Ia lá mesmo para se encontrar?

A. É, e a sociedade fazia pressão, pro prefeito, deputado tirar a zona boêmia, que ali não dava.

K. Da Padre Brito?

A. É da Padre Caldeira e da Padre Brito. Mas dava conta de tirar não.

K. Eles tinham amizades com elas?

A. As maiores propriedades eram delas, como é que tirava né. Não tinha como. (IBRAHIM, *Op. cit.*, p. 45, *sic.*)

Embora tenha havido uma série de tentativas legais de expulsar a zona de prostituição do centro da cidade, não existem, no período, registros de qualquer ação que tenha conseguido driblar o apadrinhamento político que as cafetinas possuíam. O que observamos nos jornais da década de 1950 foram, além dos discursos, algumas atitudes de especulação imobiliária como a de João Pacheco Filho.¹⁵

Entretanto, na época em que a casa do “Lázaro Preto” funcionava, encontramos na documentação uma única ação concreta encetada contra a zona de meretrício. Observe-se, porém, que a ação se desenrolou no Bairro Brasil, nas proximidades da Igreja de Santa Terezinha, bem longe da região em que funcionava a casa do “Lázaro” ou o alto meretrício de Patos.

De uma forma teatral, o Frei capuchinho Antônio de Gangi liderou uma “cruzada de crianças e homens de bem” contra os bordéis que funcionavam em sua paróquia. O caráter da ação e suas consequências repercutiram nas memórias locais, nos jornais da cidade e de fora dela, como o *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro:

População está com o padre – A população de Patos de Minas está com frei Antônio de Gangi no que se refere à campanha moralizadora do Bairro Brasil, mas discorda dos métodos empregados por ele para retirar as mulheres. O prefeito Sebastião Alves do Nascimento, que possui um forte reduto eleitoral nas casas de tolerância, já pediu calma a

flete imediata e diretamente nos preços de mercado, desencadeando enorme depreciação dos valores dos ativos e, em consequência, quebraadeira generalizada, tendo “a classe ruralista, através de sua entidade representativa [iniciado] a ‘campanha do reajustamento’, seguida do pedido de moratória e, finalmente, do perdão da dívida” (Maria Antonieta e Eliane Marquês, *op. cit.*, p. 107). Somente com a lei federal no 1.728 (de 10 de novembro de 1952) e principalmente com a lei que a modificou, de 4 de agosto de 1954, essas reivindicações são atendidas”, in: *Jornal de Uberaba*.

www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=Colunas&SUBMENU=cultura&CODIGO=2526. Acesso em: 04/09/2008.

¹⁵ Ver nota 16.

todos e limitou-se a participar das reuniões realizadas na residência do médico Benedito Loureiro, que se apresentou como mediador da questão. (...) as mulheres que se julgam perseguidas pela campanha de frei Antônio pretendem entrar na justiça com uma ação de indenização pelos prejuízos ocasionados durante o quebra-quebra. (apud SANTOS, 2002, p. 145)

Por outro lado, em 1971 o Prof. Antônio de Oliveira Mello reconta o episódio do Frei capuchinho a partir de uma dupla experiência: a do historiador local afeito ao trato dos documentos e de deslindar os “o quês” da história; e a do sujeito histórico que, por ter vivenciado a experiência, seleciona dos “guardados da memória” o que considera digno de ser lembrado:

Em 1962, o capuchinho Pe. Frei Antônio de Gangi iniciou um movimento contra casas de tolerância em sua Paróquia, uma vez que havia muita infiltração delas em meio às famílias do Bairro Brasil e bem próximo à Igreja de Santa Teresinha. Por isso mesmo, no dia 2 de dezembro daquele ano, convidou a todas as crianças e homens de bem da Paróquia a realizarem uma passeata monstro empunhando cartazes e faixas com dizeres alusivos à moralização do bairro, com a expurgação das casas de tolerância. Durante a passeata realizada após a missa das crianças, às 9 horas, houve alguns incidentes provocados pelas mulheres. Com isto, tornou-se assunto predominante da cidade e as autoridades se movimentaram para tomar as providências necessárias que o caso estava a exigir. De imediato houve o partido a favor das mulheres, e o contrário às atitudes das prostitutas. Este em maior número, está claro. Chegando a notícia, um tanto deturpada, dos acontecimentos de Patos de Minas, a Belo Horizonte, a imprensa se movimentou. Assunto novo e diferente. Era o sensacionalismo a ser explorado e aproveitado. Imediatamente, repórteres dos principais jornais e revistas da Capital Mineira e do Rio de Janeiro se deslocaram até a terra da Festa do Milho. Com isto surgiram as reportagens mais sensacionalistas na imprensa nacional com manchetes deste teor: “Guerra Santa em Minas contra a prostituição” – “Padre à frente da luta contra o leilão do sexo” – “Crianças e adultos da missa para arrastar Buates e Bordéis” – “Padre comanda em Patos de Minas cruzada de morte à prostituição” – “Guerra é guerra”. De notícia nacional, passou para o âmbito internacional, através da edição internacional da Revista “Time”, dos Estados Unidos, de 21 de dezembro de 1962; à página 21, com ilustrações, tendo como manchete: “The padre & the prostitute” (sic), com os subtítulos: “Crusading Army” e “I’ve Got Sisters in There” (...) Tal o alvoroço da imprensa, chegando ao absurdo de no “Jornal do Brasil”, de 7 de dezembro de 1962, Ruy Rocha afirmar: “A cidade de Patos de Minas está em pé de guerra. Cerca de 20.000 pessoas saíram às ruas domingo último para discutir o assunto...” Tudo mentira e alarde. O povo ficou abismado foi com o barulho e a trovada da imprensa sensacionalista contando cousas que realmente não existiram. Houve de fato o movimento liderado por Fr. Antônio. Verdadeiramente, ele conseguiu realizar seu intento: tirar os bordéis famosos e grandes das proximidades da Igreja de Santa Terezinha e grande parte da Rua Ouro Preto. Moralizou muita coisa na região. Houve um efeito positivo, apesar de tanta calúnia por esta imprensa afora. Patos de Minas tornou-se uma cidade ultrajada. Mas, com o passar dos tempos, quase ninguém falou mais nisso. Tudo se aquietou. (MELLO, 1971, p. 213-214).

Apesar do caráter incisivo da argumentação de Mello, não se pode perder de vista que a memória é, por excelência, um campo de luta. Os sujeitos, quando são convidados a retomarem – *em especial publicamente* – as lembranças de seu passado, não apenas se “lembram”. Eles, acima de tudo, *selecionam* as lembranças em conformidade com a sua experiência no *presente* e com o seu *desejo de memória*, ou seja: a memória é também *política*. A memória escolhe das lembranças pessoais o que deseja ver *preservado* no interior da memória coletiva (Cf. FERREIRA, 1996). Por isso é importante ter claro que a leitura a respeito do episódio do Frei capuchinho depende, muito, do olhar e do “desejo” de quem o “vê”. Se, para Oliveira Mello, o fato mereceu ser registrado por sua exemplaridade *moral*; para a imprensa o caráter “moralizador” da ação se dilui na *relação que o então prefeito Sebastião Alves do Nascimento, possuía com a zona!*

Foi o fato de o prefeito ter sido o mediador do conflito e possuir *dentro da zona* forte reduto eleitoral, o que justificou o registro do episódio no jornal.

Não obstante, o ano de 1962 marcou o refluxo da zona de meretrício presente na José de Santana. A inauguração de Brasília impeliu muitas prostitutas a tentar a vida na nova capital federal, deixando atrás de si casas decaídas repleta de travestis: “[...] A. (...) mas em 1966–67, a maioria aqui tinha era homem. O Zé Pereira Rosa, ele é que fez aquele prédio onde mora o Otto, perto daquele campo de futebol. Levou essa mulherada quase tudo pra Brasília” (IBRAHIM, *Op. cit.*, p. 49).

Porém, conforme se recorda “A”, muitas não obtiveram sucesso. Dentre as que voltaram para Patos, estavam *Elvira, Maria Butija, três irmãs* que se prostituíam e “*outras mais*”.

Observemos, no entanto, que a recordação de “A” não é uma memória que “finaliza” uma história, por mais, aliás, que o entrevistador assim o entenda. Ele, inclusive, procura obter do entrevistado a confirmação de que haveria naquele momento de crise, a decadência das próprias prostitutas. Contudo, o entrevistado “A” sequer absorve a pergunta. Na sequência do diálogo, já muda de assunto e vai se referir a certa “Maria Abadia”¹⁶ que se prostituía por amor “à arte do ofício”.

Como explicar esse tom da memória?

Ora, do ponto de vista conceitual, é notório o movimento da memória humana na direção da juventude e da infância em proporção inversa ao envelhecimento dos indivíduos. Portanto, nada mais natural que as lembranças dos entrevistados de Ibrahim, tragam à tona a sua experiência de *juventude*, demarcada historicamente no período de maior recrudescência da Ditadura Militar no Brasil!

Destarte, apesar dos discursos moralizantes, situados nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, atrelados ideologicamente à ideia de progresso e do desenvolvimento da nação, a Zona de Meretrício localizada no centro de Patos de Minas conheceu, outra vez, um de seus momentos áureos. Tanto a emblemática “casa da Lé” quanto a misteriosa casa do “Lázaro Preto” passaram incólumes pelo período.

Vale lembrar que é característica da realidade a existência dos “ciclos”. Deste modo, a Zona de meretrício localizada no *centro* encerrou seu ciclo em fins dos anos de 1990, quando a especulação imobiliária iniciada nos de 1950 empurrou a prostituição, de novo, para o arrabalde: desta vez o bairro Jardim Paulistano.



Cartaz de propaganda. Acervo: ADOC-PM

¹⁶ Ver nota 5.

Em se tratando do fim que levaram os proprietários e os seus cabarés, pouco sabemos. As lembranças de um modo geral reportam-se ao mais famoso dos bordéis e a mais famosa das cafetinas: a Lé. Conta-se que ela morreu velha, em sua própria casa, desgostosa e triste com a morte de seu irmão Generino. Boêmio conhecido da cidade, por uma desilusão amorosa, matou a ex-companheira e deu fim à própria vida no posto Patão.

Já a “casa de encontros” que pesquisamos, do “Lázaro Preto”, se ela de fato funcionou no número 870 da José de Santana, seu proprietário foi Lázaro Francisco Lau. Este se casou com Gelcira Gomes na cidade de São Gotardo e faleceu em fins dos anos de 1990. Em seu espólio constava aquele imóvel descrito como “uma casa de morada, em mau estado de conservação”, adquirida em 1959 de Clarindo Teixeira Pinto; vendida em 1982 para Lázaro Alves Neto e adquirida novamente pelo próprio Lau em 1984 pelo valor de Cr.\$ 450.000,00.

Finalmente, em 1999, entra em cena o último proprietário da residência, o Sr. José da Silva Pereira que, conforme nos esclareceu o Dr. José Luiz Gonçalves¹⁷, adquiriu o imóvel mediante a compra aos herdeiros – Gelcira Gomes e Lázaro Francisco Lau Filho – do direito de herança.

Por inventário, conforme carta de adjudicação expedida pela 1ª secretaria desta comarca, em 06 de setembro de 1999, JOSE DA SILVA PEREIRA, casado, pintor de autos, portador da CI nº M-2.381.669-SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 094.706.206-82, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Diacuí 127, bairro Caiçaras, houve como cesionário no espólio de Lázaro Francisco Lau, julgado por sentença em 11 de junho de 1999, o imóvel matriculado, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), o que certifico e dou fé.- Registro anterior nº 2/-Patos de Minas, 29 de novembro de 1999. (REGISTRO, n.12094, sic).

A movimentação financeira empreendida pelo Sr. José da Silva Pereira ilustra bem a espécie de “crônica da morte anunciada” que a zona de meretrício “central” vivenciou desde a “canetada” de Olegário Dias Maciel em 1883.

Porém, se o processo de retirada da zona do centro ocorreu ao término do século XX, por outro lado a retirada *simbólica* jamais aconteceu. Além de permanecerem vividas nas memórias as lembranças dos tempos áureos da “zona”, os sujeitos históricos que a vivenciaram internalizaram a correlação da área com a prostituição repassado-a para as novas gerações. Sem dúvida, ainda existem na José de Santana casas de meretrício. No entanto, nas casas de moradia da localidade é comum alertar as pessoas com a inscrição C.F.: “Casa de Família”.

Referências

BARROS, J. M. Cidade e identidade: a avenida do Contorno em Belo Horizonte, in: MEDEIROS, R. (org). Permanências e mudanças em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas/Autêntica, 2001, p.32, *apud*: SANTOS, R. C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia: 2002, p. 14.

CARVALHO, José Murillo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORREIO de Patos. 20 de fevereiro de 1955, p.1.

¹⁷ Dr. José Luiz Gonçalves, advogado, OAB/MG 75.692. Representou José da Silva Pereira no processo de retificação de área do imóvel objeto deste Informe Histórico. Entrevista informal concedida por telefone a Rosa Maria Ferreira da Silva. Patos de Minas, 10/09/2008, 17h.

FERREIRA, Rosa Maria. *As águas e o tempo: memórias de Nova Ponte*. 1996. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

IBRAHIM, R. A. K. *Geografia do prazer: uma retrospectiva na história da Zona Boêmia de Patos de Minas (1950-1970)*. Monografia em História. Centro Universitário de Patos de Minas, 2003.

JORNAL de Uberaba. www.jornaldeuberaba.com.br. Acesso em: 04/09/2008.

MELLO, A. O. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad. de Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

REGISTRO de Imóveis. *Registro Geral*. Livro n. 2 AT. Matrícula n. 12.094.

JORNAL ÚLTIMA HORA. *Guerra Santa em Minas Gerais contra a prostituição*. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1962. Apud SANTOS, R.C. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.